

A FREGUESIA DE SANTA JUSTA NA TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XVIII: HISTÓRIA, DEMOGRAFIA E SOCIEDADE*

DELMINDA RIJO**
FÁTIMA ARAGONEZ***
FRANCISCO MOREIRA****

A importante freguesia de Santa Justa era no final do século XVII a mais populosa de Lisboa e tinha na sua circunscrição um importante núcleo comercial e institucional, o Rossio, em redor do qual se erigiram o convento de São Domingos, o Hospital Real de Todos os Santos e o Tribunal do Santo Ofício e Palácio da Inquisição, símbolos do poder espiritual e temporal de Lisboa e do reino.

Este espaço vital da Lisboa Moderna, no período compreendido entre 1690 e 1702, partindo de um estudo desenvolvido no âmbito do *Projecto de Reconstituição de Paróquias de Lisboa* serviu-nos de modelo para uma abordagem de micro-análise histórica e demográfica, considerando os fenómenos demográficos e sociais e a sua evolução e repercussão nas estruturas sociais e económicas da freguesia.

À análise das variáveis micro-demográficas da nupcialidade e mortalidade da freguesia reconstituída, seguiu-se o estudo direccionado de dois róis de confessados entre os mais antigos de Santa Justa (1693 e 1702). Foram integralmente transcritos e inseridos numa base de dados autónoma, a partir da qual arquitectámos a estrutura social, familiar e profissional do espaço, informação consolidada com o recurso aos

* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto «Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)», com referência PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

** CML. delminda.rijo@cm-lisboa.pt.

*** CML. fatima.vilas.rodrigues@cm-lisboa.pt.

**** CML. franciscomendesmoreira@gmail.com.

conjuntos documentais das *Visitações e Devassas do Arcebispado de Lisboa* e dos *Livros de Notas* do 15º Cartório Notarial de Lisboa, produzidos no contexto espaço-temporal assinalado.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FREGUESIA DE SANTA JUSTA

A fundação da freguesia de Santa Justa terá ocorrido pouco depois da tomada de Lisboa aos mouros, com uma implantação espacial muito diferente da que hoje conhecemos. Situada fora da Cerca da cidade era uma freguesia de arrabalde e caracterizava-se, juntamente com as de Santa Maria dos Mártires e de Santo Estêvão de Alfama, pelo seu extenso território que agrupava numerosas e dispersas povoações do Termo que deste modo se inseriam na organização da cidade.

A ruralidade foi uma característica dos primeiros séculos de existência sendo os terrenos a Norte predominantemente constituídos por quintas e hortas e apenas uma pequena parcela a Sul era urbana e fazia de facto parte da cidade, embora com nítidos traços de ruralidade. Recorde-se que no século XII ainda acorriam ao Rossio dois pequenos cursos de água, a profusão de hortas e o facto de toda essa zona ser propensa a inundações, o que moldava determinadamente o terreno.

A paz decorrente do movimento da reconquista, a consolidação da nacionalidade e o estabelecimento de Lisboa como capital do Reino, trouxe novos habitantes cuja presença obrigou a uma expansão urbanística extra muros, preferencialmente para o vale a poente do Castelo, abrangendo Santa Justa.

Uma das primeiras infra-estruturas a ser criada foi o Mosteiro de S. Domingos. Datando de meados do século XIII implantou-se no lado nascente do largo do Rossio e desde cedo se tornou um catalisador da população circundante. Até aí a própria presença da Igreja, determinante num contexto medieval, apenas se destacava no templo de Santa Justa e na ermida de Santa Maria da Corredoura, mais tarde Santa Maria da Escada, ambos caracterizados pela simplicidade e pela funcionalidade. A criação do Mosteiro de S. Domingos, para além de dotar a freguesia de uma importante instituição eclesiástica, ajudava a definir a dimensão da praça do Rossio, estreitamente ligada ao seu papel no decurso da História, quer num contexto mais lúdico, com a realização de eventos como touradas; quer numa óptica comercial, com as inúmeras tendas, feiras e mercados; e também no plano social e político com os ajuntamentos de pessoas que naturalmente aí acorriam.

No final do século XIV, o rei D. Fernando, perante a ameaça castelhana e a ineficácia funcional das muralhas da cidade, ambas comprovadas em 1373 com o cerco de Henrique II de Castela e uma vez que era a maior parte da cidade exterior àquelas, decidiu dotar a cidade de uma Cerca que cobrisse os novos limites da cidade.

O troço da muralha que atravessava Santa Justa veio a revelar-se determinante, numa primeira fase fazendo a separação entre freguesia urbana e rural e, mais tarde, na criação de novas freguesias desanexadas a Santa Justa. Trouxe ainda novas dinâmicas sociais e económicas fruto, principalmente, das suas portas e do que elas implicavam no dia-a-dia da cidade, com destaque da Porta de Santo Antão que se tornou um dos principais pontos de acesso a Lisboa.

Ao longo do século XV a cidade de Lisboa, apoiada numa crescente estabilidade política e social, que até aí não se havia verificado, e impulsionada pelo início da expansão ultramarina, com os benefícios económicos e financeiros dela decorrentes, deu mostras de um grande crescimento, que a levaria a tornar-se na grande metrópole europeia dos séculos subsequentes. A freguesia de Santa Justa sentiu também estes efeitos e o seu crescimento gradual foi potenciado por uma mudança na ocupação dos espaços no dia-a-dia da cidade que, num contexto de expansão ultramarina e por motivos de ordem prática, se «mudou» para a zona baixa, para o eixo Terreiro do Paço – Rossio.

Na freguesia, tal mudança culminaria, nesse século, com a fundação em 1492, do Hospital Real de Todos os Santos, mandado construir por D. João II com o intuito de centralizar todos os pequenos hospitais e pontos de assistência da cidade. Por motivos de acessibilidade, infra-estrutura e centralidade, o grande hospital foi implantado no Rossio em terrenos pertencentes ao Mosteiro de S. Domingos; a sua monumentalidade e a natural afluência da população, veio evidenciar o Rossio como espaço público por excelência.

Em meados do século, outra grande obra pública foi concretizada no Rossio, o Paço dos Estaus. Mandado edificar em 1449 pelo regente D. Pedro, o distinto palácio dominava o largo sensivelmente no mesmo local onde hoje se ergue o Teatro Nacional D. Maria II e destinava-se a servir de albergue a príncipes, embaixadores, nobres e clérigos poderosos, libertando assim a população do pesado dever de aposentadoria. No entanto, essa ocupação não foi duradoura, pois ainda antes de meados do século seguinte aí se instalou a Inquisição, onde perdurou até à sua extinção em 1821.

O início do século XVI ficou marcado por um acontecimento trágico na história de Lisboa e que de modo infeliz reforçou o carácter central de Santa Justa: o massacre dos cristãos novos em Abril de 1506 que se processou em toda a cidade mas cujo desencadear e principal palco foi o Rossio.

Neste século passou a assumir definitivamente um estatuto de centro urbano que manteve até aos dias de hoje, pela crescente importância dos seus espaços vitais na dinâmica da cidade, mas sobretudo pela desanexação de freguesias do seu território, em meados do século, cingindo o espaço físico ao núcleo urbano a sul dos seus limites primitivos e que até aí não era exclusivamente central era, simultaneamente,

assim o ditava o seu território, periferia. A redução do seu território, ao concentrar as fronteiras naquele perímetro concreto, veio precisar o conceito de centro.

O século XVII foi para a freguesia de Santa Justa o culminar de um longo processo de construção e consolidação. Aos olhos de hoje, foi o século em que a freguesia atingiu uma idade adulta como que concretizando um projecto abstracto de desenvolvimento alicerçado nas suas características e no desenrolar da História. Tornou-se numa freguesia com consideráveis núcleos habitacionais, presença institucional assinalável, espaços públicos e equipamentos de grande preponderância, arquitectura monumental e de destaque, intensa actividade comercial e grande congregadora da população e dos seus movimentos sociais.

Poucas foram as mudanças nos anos de 1600 assistindo-se, pelo contrário, à consolidação de um anterior estado de coisas, o que transmitiu a Santa Justa o seu *status*.

Deste modo se manteve sem grandes alterações sociais, institucionais ou de edificado ao longo do século XVII e até 1755, quando o grande terramoto de 1 de Novembro impôs a toda a cidade drásticas mudanças. Seria no Rossio que se verificariam as maiores mudanças, motivadas principalmente pelo desaparecimento do Hospital Real de Todos os Santos, destruído pelo incêndio subsequente. Com o plano de reconstrução, Santa Justa viu nascer um novo Rossio, com uma disposição no terreno diferente da antiga praça e a nova Praça da Figueira, um grande espaço de mercado de frutas e hortaliças implantado em terrenos do hospital.

Como a cidade, a freguesia de Santa Justa soube reerguer-se após o traumático evento, literalmente construindo sobre o que o terramoto destruiu. Retomando hábitos antigos e adaptando-se a novas dinâmicas. Nem tudo mudou em Santa Justa mas, como é lógico, nada voltaria a ser como dantes. Até porque mais do que o terramoto foi o correr da história, traduzido principalmente no grande crescimento da cidade e nos novos conceitos económico-políticos, que transformaram Santa Justa. Mas tudo isso viria cerca de 50 anos mais tarde da época aqui retratada.

2. DADOS DEMOGRÁFICOS (1693-1702)

As limitações na percepção da dinâmica populacional da freguesia, não invalidaram a abordagem a vectores de estudo das populações do passado com benefício da observação da comunidade na sua pujança social: casar, migrar, morrer, donde extraímos linhas definidoras, ainda que gerais, deste importante e cosmopolita núcleo urbano.

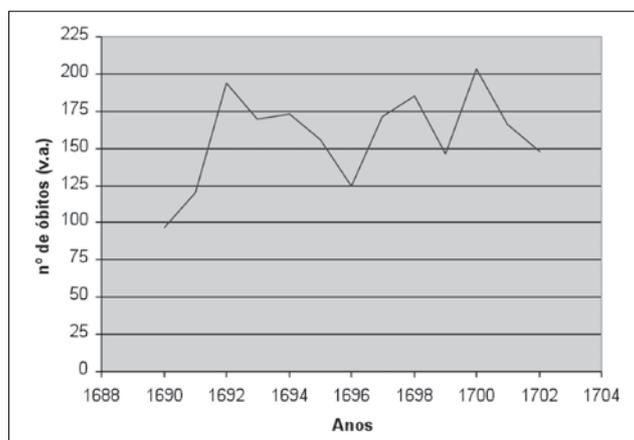
A população constituída por 9.390 indivíduos, apurada a partir da base de dados reconstituída, apresentou-se muito heterogénea na sua origem geográfica e social, marcada por alguma vitalidade e crescimento populacional e com relevância dos movimentos migratórios.

2.1. A Mortalidade

O estudo da mortalidade a partir dos registos paroquiais permite não só a determinação de taxas brutas em conjugação com outros indicadores demográficos, neste caso impossibilitado pela ausência de registos de baptismo, mas também o estudo da variável nos aspectos diferenciais da mortalidade normal e de crise e a sazonalidade para maiores de 7 anos, por género e estado.

De forma mais atenuada que nos séculos precedentes pela menor influência dos habituais devastadores da população e sem conflitos bélicos em curso¹ as crises de mortalidade decorreram, particularmente, de crises alimentares numa sucessão de maus anos agrícolas, subida de preços e fome, elevando a vulnerabilidade dos organismos e, conseqüentemente, o número de óbitos. Os surtos epidémicos foram, de facto, coincidentes com dificuldades de aprovisionamento alimentar em Lisboa, particularmente em 1692, 1694-95 e 1698-99² e desenvolveram-se num cenário já habitual de más condições urbanísticas e sanitárias, muito potenciado por milhares de residentes e população flutuante.

Gráfico I – Distribuição anual de óbitos



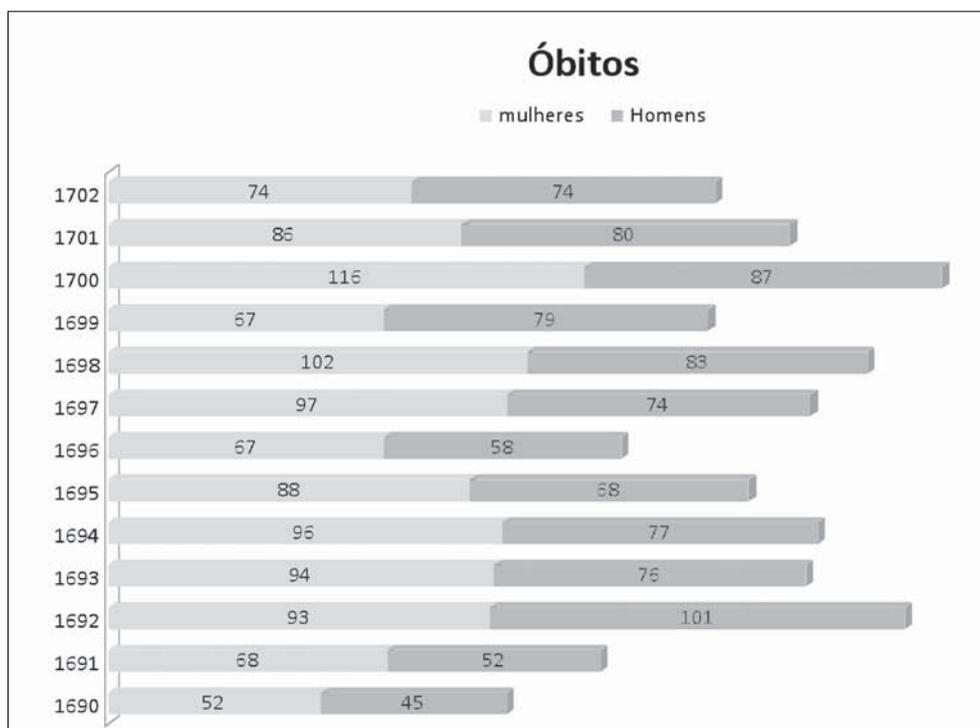
Fonte: Registos Paroquiais de Óbito de Santa Justa (1690-1702).

Os números globais de óbitos resultaram em 2.054 indivíduos, com um ciclo em subida a partir de 1692, com ligeiro decréscimo até 1694 e nova subida em 1698, atingindo o máximo do período em 1700.

¹ Cenário que se alterou após 1702, com a campanha e envolvimento na guerra da sucessão de Espanha.

² RODRIGUES, 1990: 110.

Gráfico II – Mortalidade por Sexos 1690-1702

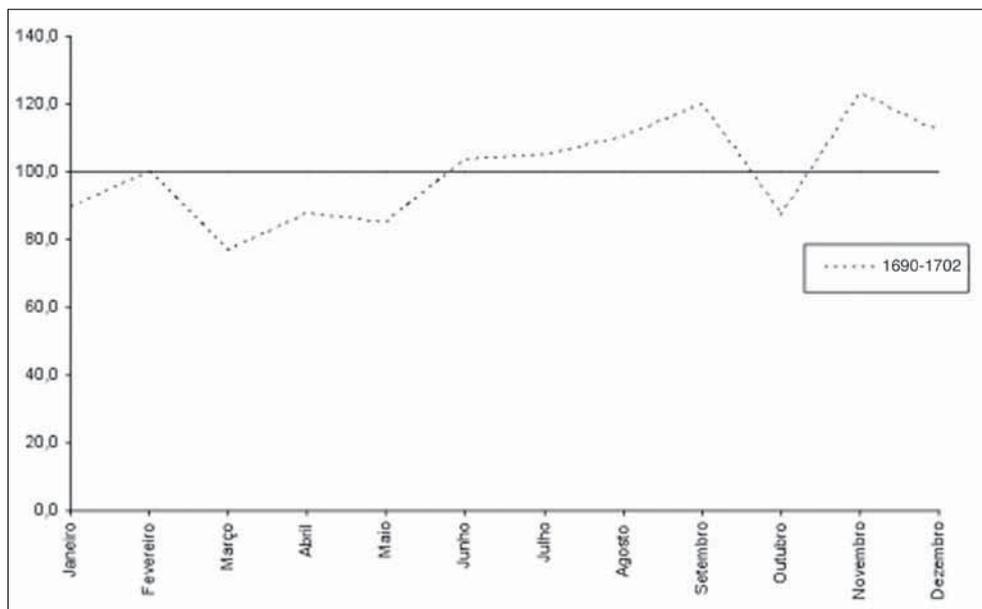


Fonte: Registos Paroquiais de Óbito de Santa Justa (1690-1702).

No período de observação morreram mais mulheres que homens, com maior incidência nos solteiros³. O período do ano mais nefasto foi o Verão e o Outono, particularmente nos meses de Agosto/Setembro e Novembro/Dezembro.

³ 1.101mulheres, 953 homens, 1.129 solteiros de ambos os sexos.

Gráfico III – Mortalidade – Sazonalidade 1690-1702



Fonte: Registos Paroquiais de Óbito de Santa Justa (1690-1702).

Valores Globais óbitos por mês – 1690-1702

Período	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1690 – 1702	156	159	134	148	148	175	183	193	203	152	208	195	2054

A maioria dos indivíduos foi sepultada na Igreja paroquial⁴ *ab intestato*, à excepção de 152 indivíduos, maioritariamente casados, de ambos os sexos, equitativamente, embora as mulheres tenham testado mais em 1701 e 1702, após o pico mais elevado de mortalidade. Uma pequena amostra de vinte e seis indivíduos indicia alguma transversalidade na condição social e profissional dos testadores, com ligeiro destaque de eclesiásticos, homens de ofícios e militares.

⁴ 1.654: 69 no cemitério da igreja, 77 nos carneiros dos Irmãos de Santa Catarina, de S. Gregório, de S. Marçal, de S. Valentim, dos Beneficiados e dos Irmãos do Senhor. Foi também expressiva a escolha de outros conventos e igrejas para última morada, estando entre os mais populares, o Convento do Carmo, com 90 inumações, S. Francisco da Cidade, com 60, o vizinho convento de S. Domingos, com 37 e finalmente, o convento de S. Roque, com 14.

2.2. A Nupcialidade

Os registos de casamento permitem-nos não só o acesso ao estudo da nupcialidade e a determinação de valores globais e diferenciais como a sazonalidade, idade média ao casamento, celibato definitivo, fecundidade, mas também, através do cruzamento com outras fontes, o estudo da família, formas de união e reprodução social, práticas e protocolos segundo os grupos sociais, o dote e enxoval, posse de casa própria ou partilhada e ainda objectos de quotidiano, como o mobiliário ou o vestuário.

A apertada vigilância da vizinhança sobre a moral alheia que transparece na documentação das *Visitações do Arcebispado de Lisboa*, ainda que actuante num cenário urbano, denso e móvel, social e profissionalmente diverso, que propiciava e de certo modo encobria todo o tipo de relações, dá-nos acesso ao universo da transgressão. De facto, em 1702 foram relatados 28 casos de amancebamento na freguesia, com maior incidência nas Ruas dos Alemos e de S. Pedro Mártir, espaços muito associados a prostituição em casas de alcoice, mas também no beco das Comédias, Poço do Borratém e Rua das Arcas. Quando confrontarmos com a base de dados da paróquia reconstituída encontramos 46 casais em situação de ilegitimidade⁵, confirmando que seria algo comum. Na realidade, os mais recorrentes desafios às leis da igreja e constituições sinodais foram as uniões ilegítimas e extra-matrimoniais, também as mais denunciadas e socialmente transversais, praticadas por artesãos, serviçais, comerciantes, oficialato régio e do senado, eclesiásticos e homens titulados.

Em 1702, sete mulheres denunciaram e argumentaram a promessa de casamento «por palavras de futuro» para o seu amancebamento, de que resultou o casamento em três casos, pois ainda que nem sempre tenham originado ligações legítimas, a denúncia de mulheres envolvidas nestas uniões, ou de pessoas que lhes eram próximas, funcionou como forma de pressão. Foi o que aconteceu com a denúncia que Joana da Silva⁶ apresentou ao Visitador contra o trabalhador António Pereira, com quem vivia como marido e mulher de «portas adentro» na Rua da Cutelaria, expondo um escrito de promessa de casamento, corroborado pelo juramento de testemunhas e que resultou em oficialização a 28 de Setembro de 1702, segundo assento da igreja de Santa Justa⁷.

Outra denúncia envolveu o cirurgião Clemente de Oliveira, morador no Beco das Comédias, que enviuvou em 1700, surgiu no rol de 1702 com dois oficiais, mas na Visitação foi denunciado por estar «amancebado de portas adentro» com Catarina de

⁵ Resultando o conhecimento dos mesmos, de óbitos de crianças, nos quais o pároco mencionou ou omitiu a condição dos pais.

⁶ AHPL, *Visitações do Arcebispado*, ms. 54, 1702.

⁷ ADL, Livro III Casamentos de Santa Justa.

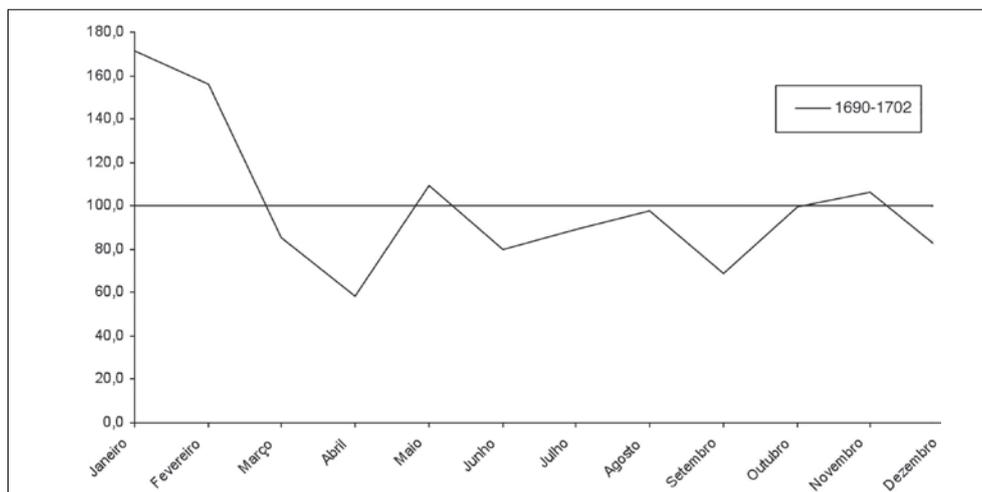
Oliveira, a quem retirara do convento de Santa Clara «para casar com ela», situação que a Visitação considerou inadmissível até «tomar estado com ela»⁸.

Antes da conclusão da Visitação e da elaboração do roteiro de culpados, oito indivíduos receberam ordem de prisão para o Aljube acusados de crimes muito graves como amancebamento com pessoas casadas, alcoiceiras e pais que incitaram as filhas a «usar mal de si». No entanto, as penas definitivas desse ano excluíram prisão e degredo cingindo-se a penas pecuniárias, na maioria leves dada a pobreza dos infractores. Mas a eficácia dos mecanismos de vigilância e controle na manutenção da moral foi limitada não só pela dimensão da freguesia, mas pelas profundas diferenças sociais e económicas que fizeram da transgressão uma alternativa à sobrevivência e realização de aspirações pessoais, não constituindo impedimento à reincidência por casais que após a Visitação retomaram a relação ou, em busca de anonimato, mudaram de freguesia.

Realizaram-se 689 casamentos, numa média de 53 por ano, sendo que 1698 foi o ano de maior número de uniões, com 60 matrimónios.

O casamento e as práticas e condicionalismos que o envolviam eram em Santa Justa semelhantes aos praticados no país, sujeitando-se aos ritmos sazonais impostos pela igreja, aos tempos de abstinência do Advento e Quaresma⁹.

Quadro IV – Sazonalidade da Nupcialidade 1690-1702



Fonte: Registos Paroquiais de Casamento de Santa Justa (1690-1702).

⁸ AHPL, *Visitações do Arcebispado*, ms. 54, 1702.

⁹ Estes eram o primeiro domingo do Advento até depois do Natal (entre 27 de Novembro e 3 de Dezembro) e depois 4ª feira de cinzas até ao domingo de Páscoa (46 dias, que podem ter início a 4 de Fevereiro até 10 de Março e finalizar entre 22 de Março e 25 de Abril).

De facto, há um abaixamento abrupto nos meses respectivos, sendo o mês de Janeiro o mais procurado para a sua realização, sobretudo aos sábados, segundas-feiras e domingos, com clara excepção das terças e sextas-feiras, dias culturalmente negativos para consórcios matrimoniais e os ritmos laborais não parecem, à partida, ter influenciado as escolhas dos nubentes.

O período do dia preferencial para a sua realização foi de tarde e o local escolhido foi sobretudo na igreja paroquial, mas também decorreram no Hospital Real de Todos os Santos, nos oratórios de casas nobres¹⁰ e, em casos de impossibilidade física de um dos nubentes, em casa.

A taxa de segundos casamentos situou-se nos 36%¹¹, numa relação equilibrada entre os sexos, sendo que 6,6% foi entre viúvos. Outras linhas de investigação poderíamos seguir como a análise do indicador na perspectiva do grupo profissional, no qual nos pareceu frequente, por exemplo, o consórcio de filhas de mestres com oficiais ou aprendizes, destes com criadas, resultantes da proximidade ou partilha da unidade lar/oficina/tenda, gerando-se uniões estreitamente associadas à casa e ofício.

2.3. Mobilidade

Os movimentos migratórios estão claramente identificados num quadro de mobilidade urbana feito de homens de ganho, na sua maioria trabalhadores sazonais que, vivendo em numerosos grupos se esfumam de um ano para o outro, no pessoal doméstico e aprendizes, hóspedes de estalagens, nos deslocados em trânsito para os territórios ultramarinos, a maior motivação dos maridos e filhos ausentes de Santa Justa cujas trajectórias de vida foram interrompidas em Santa Justa. Expõe-se deste modo a mobilidade de dois grupos populacionais distintos, dos provenientes do exterior para a freguesia e a deslocação de indivíduos da freguesia para o exterior. Neste último grupo constatamos a ausência de 48 indivíduos no rol de 1693, oriundos sobretudo da Rua do Pocinho de Entre as Hortas e da Calçada de Santana. Em 1702 foram 65, particularmente do Beco da Póvoa e das Fontainhas, tratando-se em ambos os casos de ruas predominantemente habitacionais e que apresentavam baixos índices ou ausência de actividade laboral. Na verdade, da observação dos róis de anos intermédios surgem frequentemente menções à saída de homens para o Brasil,

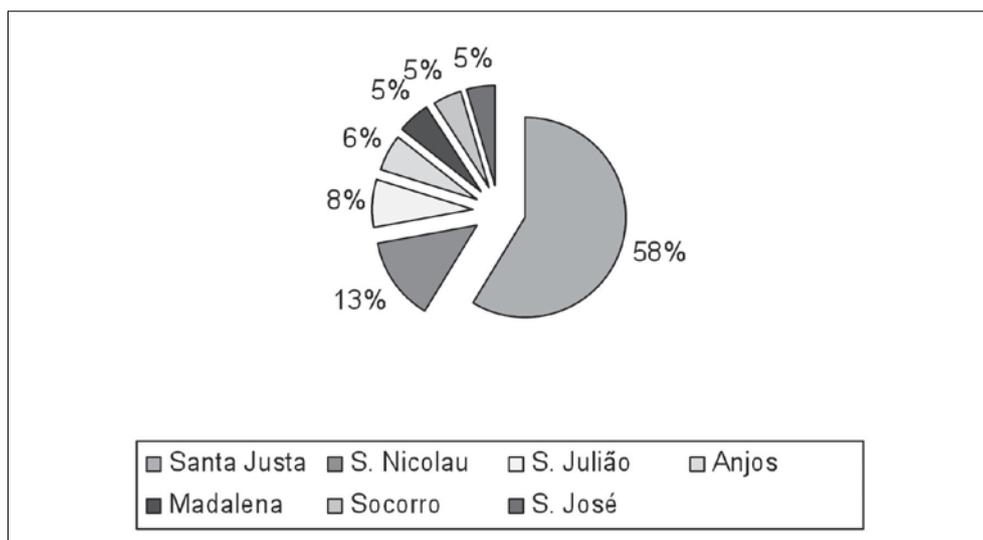
¹⁰ Ocorreram 2 no Palácio do Duque de Cadaval e 1 no Palácio Almada. Um destes casamentos, celebrado em 1693, foi o da filha ilegítima de D. Pedro II e de D. Maria da Cruz Mascarenhas, D. Luísa, baptizada como enjeitada e logo legitimada, que casou com o Duque de Cadaval, D. Luís Ambrósio de Melo, a 1 de Abril de 1693.

¹¹ Foram 249 os indivíduos que casaram segunda vez, 18,7% (129) de mulheres viúvas contraíram segundo casamento, contra 17,7% (122) dos homens.

sobretudo Maranhão e Baía, coincidentes com o êxodo de população metropolitana devido à descoberta de ouro no Brasil.

Do diversificado grupo de deslocados em mobilidade sazonal que demandavam Lisboa destacamos como exemplo da relação com o espaço e da expectativa que geravam na cidade os pátios de comédias, assegurados por companhias de teatro castelhanas em temporada no famoso Pátio das Comédias das Arcas, cuja presença podemos apreender também na documentação cartorial, como a escritura de obrigação entre o Hospital Real e os comediantes madrilenos Carlos Leon e Gabriela Belard, assistentes na Rua das Arcas em 1695, com os respectivos companheiros e criados e que para sua segurança, ele como apontador e ela como quarta dama, uniram-se para «assistir na Companhia que vem para esta corte representar»¹².

Gráfico V – Moradores Nascidos em Lisboa



Fonte: Registos Paroquiais de Casamento e Óbito de Santa Justa (1690-1702).

A abordagem ao indicador da mobilidade, com um carácter de maior permanência na freguesia ou pelo menos com o estabelecimento de uma ligação mais consistente com o espaço, resultou da auscultação da naturalidade, mais significativa nos registos de casamento num universo de 1.703 indivíduos, excluindo 722 naturais ou provavelmente naturais de Santa Justa¹³ e 351 naturais das limítrofes freguesias de São

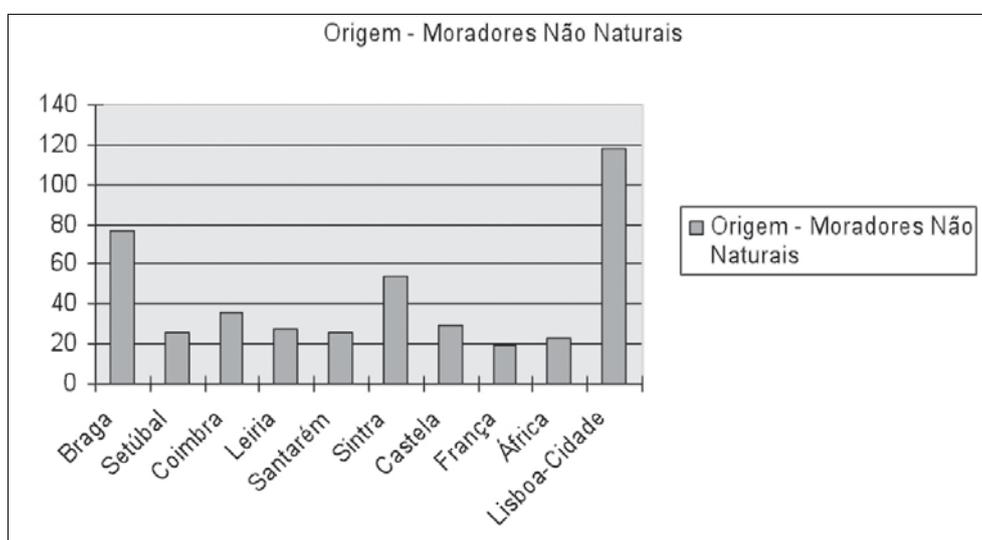
¹² IAN//TT, *Livros de Notas, 15º Cartório Notarial*, mc. 411, p. 70 v.

¹³ Neste grupo foi mais representativa a informação dos registos de óbito. 396 mulheres e 326 homens.

Nicolau, São Julião, Anjos e do Termo ou Arcebisado¹⁴. Dos casamentos transparece uma mobilidade matrimonial muito abrangente, ainda que muito associada ao Norte do país, particularmente de naturais de Braga, Coimbra e Santarém, mas também estrangeiros, sobretudo castelhanos, franceses e africanos, sobretudo escravos.

Resultados que nos confrontam com um espaço verdadeiramente atractivo e agregador de gentes, com origens muito diversas, insertos nos diversos grupos sociais aí presentes, denotando um carácter de permanência algo fugaz, o que imprimiu a Santa Justa um indelével cunho cosmopolita.

Gráfico VI – Moradores na Freguesia Não Naturais 1690-1702



Fonte: Registos Paroquiais de Casamento e Óbito de Santa Justa (1690-1702).

3. UMA APROXIMAÇÃO À POPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE SANTA JUSTA (1693-1702)

Os róis de confessados são listas de residentes maiores de sete anos, agrupados em unidades residenciais, relacionados por laços de parentesco, profissional ou outra com o chefe de fogo, agrupados por ruas e de cuja avaliação preliminar podemos determinar quantitativos e características estruturais.

¹⁴ Naturais do Arcebisado – 33, incluindo as zonas de Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira, Alenquer, Torres Vedras, Sintra, Loures, Mafra, Oeiras, Cascais.

Quadro I – Número de habitantes Maiores de 7anos – Santa Justa

	Homens	Mulheres	Total Anual
1693	2801	2679	5480
1695	2727	2589	5316
1702	2999	2634	5633

Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693, 1695 e 1702).

A evolução global da população avaliada a partir das listas de confessados, entre 1693 e 1702, foi marcada por um movimento de retracção em 1695, com perda de 0,9% da população, seguido de crescimento e retoma. Em 1702 registava mais 153 habitantes comparativamente a 1693, confirmando-se a tendência de maioria de homens em todo o período de observação.

Quadro II – Ruas de Maior densidade populacional

Rua	1693	1702
Rua das Arcas	72 fogos/307 hab.	74 fogos/266 hab.
Portas da Mouraria	72 fogos/270 hab.	59 fogos/190 hab.
Rua da Praça da Palha	57 fogos/253 hab.	70 fogos/290 hab.
Portas de Santo Antão	66 fogos/246 hab.	71 fogos/230 hab.
Rua dos Alemos	67 fogos/202 hab.	74 fogos/207 hab.
Poço de Entre as Hortas	55 fogos/191 hab.	56 fogos/201 hab.

Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693 e 1702).

O parque habitacional aumentou 1,05% em consonância com o crescimento populacional. Em 1693 existiam na freguesia 56 ruas com um total de 1.551 fogos (82 devolutos), surgindo mais duas vias em 1703, elevando-se o número de fogos a 1.649 (97 devolutos).

A densidade populacional de Santa Justa ilustra bem a macrocefalia da capital, contendo em todo o período de observação seis ruas que acolhiam entre duas a três centenas de habitantes maiores de 7 anos. Uma delas era a Rua das Arcas, a mais populosa em 1693 com cerca de 16.5% da população total (307 moradores em 72 fogos) e que em 1702 apesar de ter mais 2 fogos, perdera 41 moradores, ascendendo a mais populosa a vizinha Praça da Palha (290 habitantes), com mais 37 moradores que no rol anterior.

Em 1693 existiam 43 menores de confissão e em 1702 eram 102, o que revela um considerável acréscimo de adolescentes em Santa Justa, talvez devido a uma

mortalidade infantil mais suave nos anos precedentes, com taxas de sobrevivência mais elevadas e/ou o aumento de jovens criados e aprendizes migrantes.

3.1. A Habitação e Composição Social

O rol de confessados é também uma fonte de informação privilegiada sobre o palco onde se desenrolaram as existências, a casa e a sua composição, com destaque de alguns dos edifícios que se notabilizaram pela dimensão e função. O Palácio do Duque do Cadaval, na Rua do Mestre Gonçalo¹⁵, compunha-se em 1693 de um agregado de 45 indivíduos, incluindo os duques e os dois filhos maiores, o corpo de serviçais, alguns em fogos secundários, excluindo a Enfermaria do Duque que contava com mais 10 ocupantes. A estrutura doméstica hierarquizada do rol de 1702 foi a alteração mais significativa relativamente ao rol anterior, segmentada por criadas, escravas, moços de câmara, criados, escravos e general de despensa.

Na Rua da Inquisição o palácio e tribunal do Santo Ofício ocupavam 6 dos 29 fogos da rua, vivendo no palácio 19 pessoas, incluindo 3 famílias, com presença de eclesiásticos e domésticos e os inquisidores João Moniz da Silva, Sebastião Diniz Velho e o Porteiro da Mesa Grande, Miguel da Paz, que servidos por criados, amas e escravos ocupavam três agregados distintos. Em 1702 a Inquisição passou a ocupar 9 unidades residenciais, com 89 indivíduos, expressando igualmente uma maior complexidade na estrutura social, contando entre funcionários e respectivas famílias, pessoal auxiliar e clientelar, do inquisidor geral e restantes inquisidores, criadas e amas, meirinho, cozinheiro, despenseiro dos cárceres secretos, alcaide, notário, tesoureiro, cirurgião, porteiro, padres e cónegos, entre outros, com exclusão dos ocupantes dos cárceres secretos.

O conjunto urbano constituído pelo Hospital Real de Todos os Santos era em 1693 composto por 42 fogos ocupados por 185 indivíduos. Destaca-se no primeiro o Conde de Redondo, a mulher e três filhos, demais parentela de onze indivíduos, na maioria mulheres e doze serviçais, entre criados e criadas, copeiros, cozinheiro e escravos, num total de 28 indivíduos.

Pertenciam ao rol do hospital dispersos por fogos não conjugais, isolados ou familiares simples o porteiro e o cozinheiro, enfermeiros, enfermeiras, beatas, padres e amas, o cirurgião do banco, ou o hortelão do hospital, unidades coadjuvadas ou não por domésticos. Faziam, ainda, parte do monumental edificado, o pátio dos Enjeitados, servido por 14 mulheres e os pátios das Merceeiras e dos Carreiros.

Em 1702, o pessoal que assegurava o funcionamento da instituição, num total de 191 indivíduos distribuídos por 50 fogos, arrumava-se numa estrutura mais compar-

¹⁵ Correspondente à actual Calçada do Carmo.

timentada, incluindo pátios de acolhimento de baixo, dos enjeitados e merceeiras, os homens do esquife, responsáveis pelo sepultamento dos mortos e o dos carreiros que asseguravam o transporte de doentes e mantimentos. No piso superior acolhiam-se sobretudo os prestadores de cuidados de saúde: boticário, médicos, enfermeiros e enfermeiras.

Contrariamente a estes exemplos, a maioria das trajectórias de vida dos moradores de Santa Justa ter-se-á limitado, em regra, ainda que em diversas tipologias, a edifícios com sobrados até 4 andares, feitos de pouca alvenaria e muita madeira, com interiores sombrios e pouco apetrechados de cómodos e utensílios, com apenas uma ou duas divisões, raramente dispo de secretas¹⁶, servindo de alojamento e frequentemente para actividade profissional.

3.2. Tipos de Fogos e Estruturas Familiares Predominantes

Para a análise e tipificação das estruturas familiares do heterogéneo grupo doméstico co-residente, cujos indivíduos se uniam por laços de parentesco, funcionais, quando o fogo era ou coincidia com uma unidade de trabalho e consumo e espaciais, foi basilar o recurso à «Tipologia de Cambridge» proposta por Peter Laslett, adaptada à realidade em estudo, tendo como objectivo a determinação do modelo de agregado dominante e a sua evolução apreendida nos movimentos de reprodução social, isto é, quem estava no agregado/fogo e quem vivia com quem.

Deste modo, pela determinação da estrutura familiar predominante e as suas variações no período em estudo, podemos apurar as permanências e mudanças ocorridas ao nível das estruturas familiares. Previamente, estando definido o universo populacional nos dois períodos, procedemos à classificação dos fogos nos dois momentos, agrupados nas respectivas categorias, a que fizemos corresponder os valores absolutos e percentagens para cada ano.

De que resultaram 4 tipos de agregados com maior expressividade, sendo no ano de 1693 predominante a estrutura de agregado familiar de tipo 5 – Estrutura Indeterminada, com um total de 591 fogos (38,1%), tendência que permanece em 1702, com um total de 624 ocorrências, perfazendo um valor total relativo de 40,2%.

Os agregados extensos predominavam, não se limitando a elementos com alguma relação de parentesco declarada, coexistindo também neste tipo de agregado indivíduos unidos por relações profissionais e outros cuja relação com o cabeça de fogo o pároco omitiu.

¹⁶ «Latrinas».

Quadro III – Estrutura e Tipos de Fogo segundo Tipologia de Cambridge: (1693 e 1702)

Categorias	Ano		Ano	
	1693		1702	
1. Isolados	Nº	%	Nº	%
1.a. Viúvos(as)	66	4,2	70	4,5
1.b. Solteiros/estado matrimonial desconhecido	146	9,4	142	9,1
2. Agregado Não Conjugal				
2.a. Irmãos	22	1,4	19	1,2
2.b. Outros Parentes	23	1,5	35	2,2
2.c. S/ parentesco evidente	10	0,6	2	0,1
3. Agregado Familiar Simples				
3.a. Sem Filhos	240	15,5	279	17,9
3.b. Com Filhos	180	11,6	150	9,6
3.c. Viúvos c/ Filhos	21	1,3	22	1,4
3.d. Viúvas c/ Filhos	59	3,8	57	3,6
3.e. Solteiros c/ Filhos	18	1,1	20	1,2
4. Agregado Familiar Alargado	93	5,9	132	8,5
5. Estrutura Indeterminada	591	38,1	624	40,2
6. Vazios	82	5,3	97	6,2
Totais	1551	100,0	1649	100,0

Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693 e 1702).

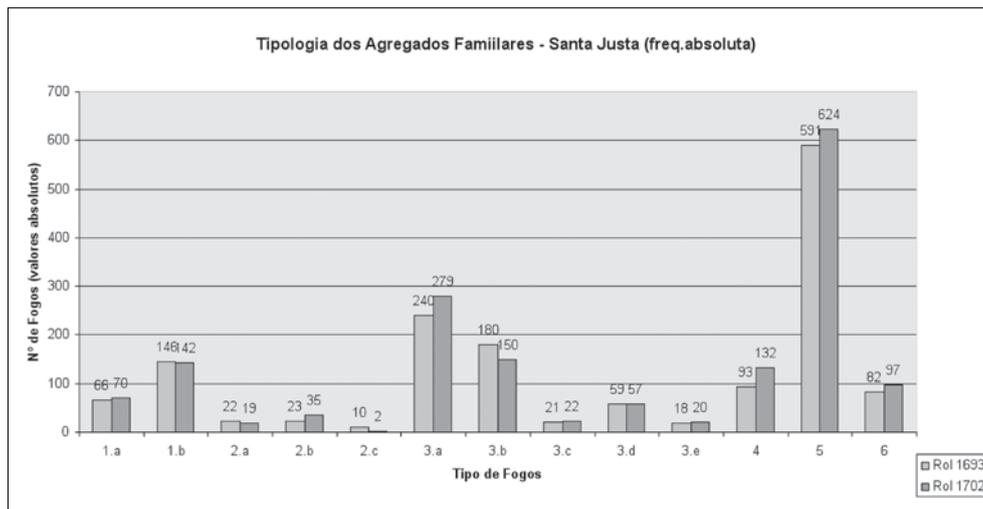
Seguem-se os fogos de tipo 3, agregado familiar simples, em que o subtipo 3.a., sem filhos, assume particular relevância, com um total de 240 ocorrências (15,5%), em 1693. Se observarmos o ano de 1702 nesta categoria, sendo ela também a segunda mais relevante, verificamos um total de 279 fogos (17,9%). Importa salientar nesta categoria a possível existência no agregado de menores de 7 anos, facto que alteraria a classificação do agregado.

A categoria seguinte, agregado familiar simples, de subtipo 3.b, com filhos, com 180 fogos (11,6%) em 1693, quando comparado com 1702, assume uma redução para 150 fogos (9,6%). Com valores próximos e imediatamente a seguir está a categoria 1.b, solteiros ou em estado matrimonial desconhecido, pertencente à categoria 1, isolados, com valores absolutos de 146 (9,4%) no rol de 1693 que, comparando com o rol de 1702, situam-se nos 142 (9,1%) registando um ligeiro decréscimo.

As categorias menos representativas foram os fogos sem parentesco evidente, em agregado não conjugal, que assumem os valores absolutos mais baixos. De notar que nesta categoria encontramos indivíduos sem relação com o chefe de fogo, parecendo camuflar laços de proximidade, como uniões ilegítimas, que nalguns casos passaram a constituição legítima já expressa no rol de 1702.

Com base nestes valores o Gráfico VII ilustra as tipologias para os dois anos, e a respectiva variação.

Gráfico VII – Tipologia dos Agregados Familiares – Paróquia Santa Justa (1693/1702)



Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693 e 1702).

Concluimos assim que as tipologias que assumiram maior variação ascendente entre o rol de 1693 e 1702 foram as do tipo 3.a, agregado familiar simples sem filhos; do tipo 4, agregado familiar alargado e do tipo 5, estrutura indeterminada.

3.3. Dinâmicas Residenciais e Sociais e Modelos de Transmissão Patrimonial

A exploração dos róis de confessados não se esgota na fixação de dados quantitativos e na caracterização dos agregados domésticos. A substância qualitativa dos mesmos quando em combinação com outras fontes coetâneas, além do enorme contributo na identificação de famílias e indivíduos, introduz-nos nas manifestações e práticas do quotidiano, nas formas de organização, no espaço público e no privado, no ambiente doméstico e laboral, também contidos nas descrições de espaços e objectos, na linguagem empregue e no discurso das emoções. Âmbitos que perspectivam a integração do indivíduo e da família nas relações de proximidade, na rua, na vizinhança, na oficina, mas também no espaço da intimidade, reservado à família.

Estes pressupostos e a análise de casos específicos são o ponto de partida na abordagem às dinâmicas familiares ou interpessoais entre indivíduos não aparentados e aos

modelos de transmissão de chefias de fogo, patrimonial ou transição funcional, sabendo que da multiplicidade de situações a mais comum, quando em presença de uma família, em associação ou não a uma unidade laboral, foi encontrar na chefia do fogo, o pai, a mãe por óbito ou na ausência do primeiro, o filho mais velho, por vezes o genro.

A Rua das Arcas no decurso de uma década foi habitada por mais de meio milhar de indivíduos¹⁷, distribuídos por cerca de 70 unidades habitacionais familiares e ou laborais, com permanência de 15 famílias em toda a observação. Uma dessas famílias, cuja presença remonta a 1683¹⁸, contava em 1693 com 8 elementos e era encabeçada pelo mestre albardeiro Domingos Antunes, que aí vivia com a mulher, Catarina Jorge, os filhos Manuel Antunes, Maria Josefa e a menor Catarina, tendo falecido no lar após 1690 até 1693 dois filhos menores, habitando ainda com a família três aprendizes. A única alteração neste agregado até 1695 ocorreu ao nível da estrutura laboral, tendo sido substituídos os aprendizes em igual número. Mas em 1702 a estrutura do fogo teve alterações significativas, ausentando-se o filho, a filha mais velha continuou solteira e a menor Catarina, que ao atingir a maioridade passou a chamar-se Catarina de Sena, casou e permaneceu com o marido na casa paterna. O agregado teve ainda o acréscimo de um criado e dois indivíduos não identificados, talvez associados ao ofício.

A família surge como uma unidade orgânica cujos ritmos de crescimento se apreendem mais facilmente no cruzamento das fontes, integrando por exemplo os menores nos assentos paroquiais.

Das variações observadas neste agregado passíveis de alterar a estrutura familiar, retemos indícios de comportamentos representativos, como a saída de um filho da casa paterna, cujas motivações mais frequentes foram o casamento, com fundação de outra unidade familiar e laboral ou ainda, particularmente neste período devido à descoberta de ouro, a ida para o Brasil ou para outros pontos do império. A fundação de outra família com o casamento da filha, cujo percurso se vinculou à casa paterna. Fora do círculo familiar restrito, o acréscimo de um serviçal o que pode indiciar uma maior capacidade económica e ou necessidades acrescidas no fogo. Na estrutura laboral, a permanência de três aprendizes, em contradição aos princípios regimentais dos ofícios, sem participação de obreiros ou oficiais, trabalho que talvez fosse assegurado pelo filho e mais tarde o genro, ou os indivíduos sem relação expressa.

Numa perspectiva afectiva e relacional, a trajectória deste grupo familiar encerrou tensões geradas em práticas e comportamentos sociais próprios do meio, com expressão na vizinhança. O mestre albardeiro, compelido pelos autos da Visitação

¹⁷ Nas listas de confessados entre 1693 e 1702, excluindo os menores de sete anos, estão referenciados 542 indivíduos.

¹⁸ Surge na Visitação de 1683. O titular tinha nesta data 36 anos. Em 1693 eram moradores à entrada da Rua do Lado do Rossio e ocupavam o fogo n.º 18.

de 1683, não só denunciou a vizinha Mariana de Sotomaior de Luna, como incluiu outros vizinhos, entre infractores, cúmplices e conhecedores da falta.

De facto, o espaço vivencial que se completava na rede de relacionamentos, deixou transparecer as proximidades e divergências latentes na vizinhança¹⁹, fixando as denúncias aspectos relevantes como os relacionamentos ilícitos com frequente envolvimento de clérigos, detectados na manutenção destes agregados domésticos. Um dos quais ficou expresso na denúncia contra outra vizinha, Maria de Távora, que acusou de amancebada com o capelão do inquisidor Pedro de Ataíde, e de criar razões com outros vizinhos, como com Tomé da Fonseca, morador no fogo 52 da Rua das Arcas «o clérigo esperou-o no Rossio com uma faca na mão pedindo-lhe satisfação»²⁰.

Desta denúncia podem retirar-se algumas notas sobre usos quotidianos associados ao vestuário ou à configuração de interiores, só possível pela proximidade vivencial imposta pelo traçado urbanístico, conforme relato de outro vizinho homónimo do anterior, o mestre caixeiro Tomé da Fonseca quando no auto afirmou que «[...] via-o [ao padre] a entrar com um casacão de burel e espada e carapuça e vi-o algumas vezes de calça e gibão deitado na sua cama»²¹. Com estes exemplos reafirmamos a importância do estudo integrado e direccionado de um extenso grupo documental pleno de instantâneos pitorescos que encerra, simultaneamente, informação privilegiada sobre a sociedade portuguesa do período moderno.

Outras foram as trajectórias familiares muito alicerçadas no tipo de estrutura indeterminada, como no fogo 48 da Rua das Arcas onde vivia outro mestre caixeiro, Domingos Diniz, com a mulher, o filho José Diniz, também caixeiro e a mulher deste, um obreiro e dois criados. Em 1695 desaparecendo o mestre caixeiro do rol, sem registo do seu óbito, foi substituído pelo filho na liderança do fogo, permanecendo a família, a criada, outro obreiro e um aprendiz. Em 1698 morreu a mulher e no ano seguinte uma filha menor de 7 anos. Em 1702 continuavam o titular viúvo, a mãe, a criada, um oficial e dois aprendizes. É um caso de transição de titularidade no fogo e da unidade laboral ao filho, num agregado onde se registaram grandes alterações na estrutura familiar, mas que conservou quase inalterável a estrutura laboral de manufactura de caixas e arcas.

¹⁹ AHPL, *Visitação do Arcebispado*, ms. 14, p. 87, Livro de Termos. Acusa Mariana de Sotomaior de Luna, de estar amancebada com Eugénio Monteiro. Outro vizinho, o caixeiro Pedro Lopes (fogo 72), foi acusado de ser «consentidor» dos infractores, sendo por isso preso no Aljube, «por dar entrada por sua casa a Eugénio Monteiro, para casa de uma mulher e a outras pessoas.

²⁰ AHPL, *Visitação do Arcebispado*, ms. 14, p. 87v. Maria de Távora foi ainda denunciada pelo carpinteiro Domingos Gomes (fogo 15), então com 48 anos, que via entrar o clérigo, de noite e de dia, fora de horas «embrulhado num capote de burel com uma espada». Confirmava ainda que Mariana de Sotomaior, «recebe homens» em sua casa pela loja do caixeiro Pedro Lopes.

²¹ AHPL, Ms 14, p. 87v.

A presença de outros modelos, como a permanência da viúva na chefia do fogo, mas com a transição da liderança dos negócios para um filho previamente preparado para a assumir, como identificamos na trajectória de família de um poderoso homem de negócio morador num espaço nobre junto à igreja de Santa Justa, João Mendes Maciel, muito envolvido no comércio de grosso trato, nacional e ultramarino, sobretudo com o Brasil, que tendo falecido a 2 de Fevereiro de 1696, deixou ao seu filho Santos Mendes Maciel a administração dos negócios²².

Tomando a excepção como critério pela relevância que assume enquanto exemplo da diversidade de Santa Justa, António de Matos, solteiro com mais de 50 anos, que vivia de sua fazenda, habitava em 1693 na Rua das Portas de Santo Antão (fogo 21) e era proprietário de casas no Rossio e na freguesia dos Mártires. A pretexto do apoio prestado durante a doença, doou através de um instrumento de «doação remuneratória entre vivos valedora ou em direito *manisfirme*», todos os seus bens ao cirurgião e mestre sangrador João Antunes, com o qual coabitava e que desde há anos lhe prestaria cuidados «de dia e de noite»²³. Noutro instrumento legal constituiu-o como seu procurador, na cobrança de todas as dívidas de dinheiro, bens móveis, rendimentos, juros, foros. De facto, no rol de confessados de 1695, o cirurgião era já o representante do fogo, figurando António de Matos como seu dependente, tendo vindo a falecer no ano seguinte²⁴.

Das ocorrências possíveis, ressalva ainda para o consórcio de mulheres em unidades residenciais como as colarejas, independentemente do estado, ou grupos de homens, como os de ganho, cuja união nasceu claramente da necessidade de assegurar uma habitação, de numerosas unidades familiares extensas, mas também da intensa actividade manufactureira, da presença de grandes casas senhoriais e de mercadores, dos grandes equipamentos institucionais, numa conjugação de espaços e situações que fomentaram, amiúde, a integração num mesmo espaço, de família com indivíduos não aparentados, constituído não só pelo pessoal doméstico e laboral, como outros cuja relação permaneceu no anonimato, reafirmando-se uma vez mais que estamos em presença de uma área de implantação de agregados onde o modelo de estrutura residencial indeterminada foi predominante.

Sistematizando outras conclusões, constatamos que o modelo predominante de transmissão de fogo foi a transição do pai para a mulher ou filho mais velho; que as unidades familiares frequentemente coincidiam com as unidades laborais, coabitando família nuclear e outros elementos; que era comum, usufruindo da localização e de gente em trânsito «dar cama e mesa» a estranhos à família, como forma ou comple-

²² IAN/TT, 15^o Cartório Notarial de Lisboa, Ms. 414, fl. 90v.

²³ Idem, Ms. 413, fl. 75v.

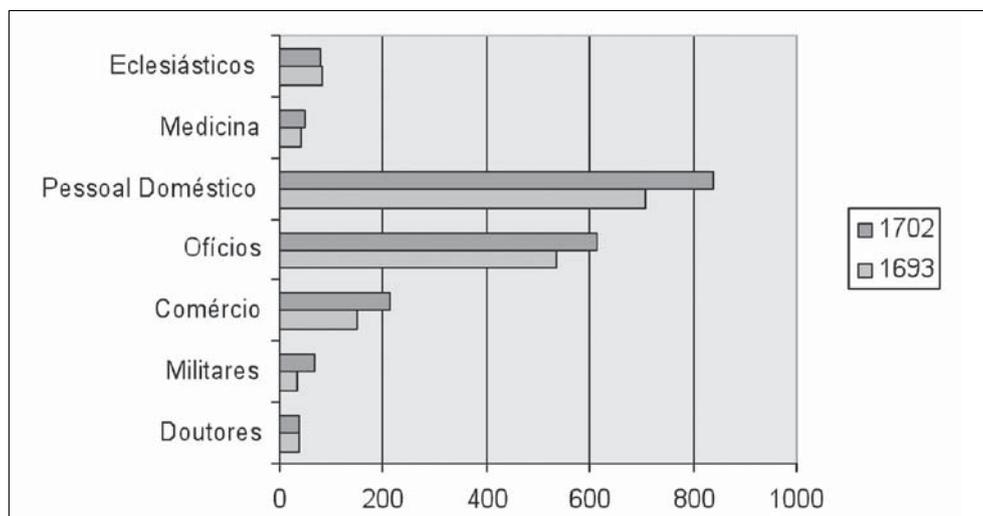
²⁴ ADL, RP, Livro de Óbitos de Santa Justa.

mento de sustento; que havia envolvimento dos filhos no negócio familiar, dando-lhe continuidade; que parte considerável dos habitantes de Santa Justa, dedicavam-se ao comércio retalhista e grossista ou ambos, com estabelecimentos abertos ao público, e que destes um grupo restrito praticava o lucrativo comércio intercontinental, diversificando os negócios e expandindo-se em áreas de influência diversas.

3.4. Organização Sócio-Profissional

A organização sócio-profissional da freguesia enquadra-se no avultado conjunto de unidades comerciais e artesanais especializado numa abrangente gama de serviços, que vai da prestação de serviços domésticos, saúde, ofícios artesanais, têxtil e outras manufacturas, oficialato e estabelecimentos especializados em dar cama e mesa, casas comerciais de grande trato, comércio de bens alimentares, dispersos em cerca de sete áreas de actividades laborais e económicas predominantes e cerca de 90²⁵ profissões, na sua maioria masculinas.

Gráfico VIII- Áreas de Actividade Laboral (1693-1702)



Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693 e 1702).

Com grande representatividade dos ofícios, devidamente hierarquizados, as tendas e oficinas, continham a integral ou parcial estrutura de mestre, oficiais, obreiros²⁶ e aprendizes dele dependentes, com totais acima do meio milhar nos dois períodos de

²⁵ 94 em 1693 e 89 em 1702.

²⁶ Os que trabalham por conta de outrem, mas sem estar examinado.

observação²⁷, num espaço profissionalmente pujante, que como já foi observado se alicerçava em estruturas habitacionais indeterminadas e extensas, onde as unidades familiares se mesclavam com as unidades artesanais e tendas de venda, acolhendo-se no domicílio familiar ou na sua directa dependência oficiais, obreiros e aprendizes.

Estes e o pessoal doméstico (criados e escravos) constituíam no âmbito da dependência económico-profissional de um agregado, a população laboral mais numerosa. Os aprendizes eram maioritariamente jovens deslocados, com um percurso muito semelhante ao dos criados e criadas, acolhendo-se muito jovens nas casas onde serviam.

Quadro IV – Evolução de Algumas Profissões (1693-1702)

Profissões	1693	1702
Albardeiro	5	13
Alfaiate	29	30
Atafoneiro	12	9
Aprendiz	171	217
Caixeiro	42	31
Carpinteiro	3	7
Colareja	20	23
Cordoeiro	13	24
Correeiro	8	8
Criada	199	362
Criado	190	256
Contratadores	11	5
Doutor	24	31
Escrava	136	88
Escravo	120	75
Esparteiro	5	9
Homem de ganhar	60	120
Marceneiro	13	14
Obreiro/oficial	81	108
Sapateiro	48	39
Soldado	21	58
Taverneiro	30	36
Tendeiro	-	22

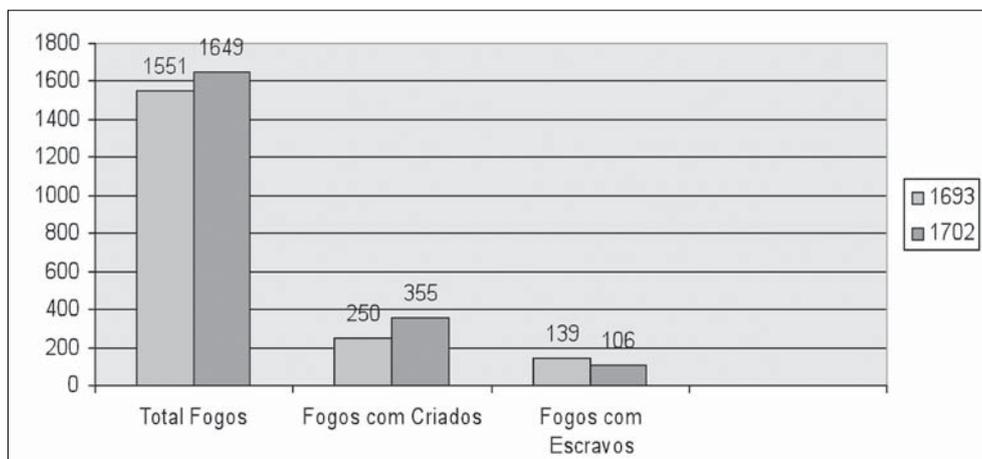
Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693 e 1702).

²⁷ Em números globais 529 em 1693 e 597 em 1702.

De facto, da evolução global das várias actividades económicas, destaque para o crescimento acentuado deste grupo relativamente a 1693. Comportamento similar nos grupos dos homens de ganhar, obreiros e oficiais. No grupo dos mestres, destaque para os ofícios de cordoeiro e ainda com algum significado os de albardeiro, carpinteiro e esparteiro. Mais modestamente, mas digno de nota, os taverneiros e o grupo de soldados, em consonância com a conjunta político-militar de guerra da Sucessão em Castela, de preparação da campanha de defesa da cidade e posterior movimentação para Castela. No sentido inverso, adquire significado o decréscimo de caixeiros, uma das actividades marcantes da freguesia, pela presença do seu arruamento e dos contratadores.

No incremento do pessoal doméstico e dos homens que sazonalmente se deslocavam em busca de trabalho poderá estar subjacente alguma melhoria da capacidade económica dos empregadores ou maior actividade da administração embora a avaliação isolada nos pareça insuficiente para o validar como indicador de elevação de estatuto social.

Gráfico IX- Total de Fogos/Total de Fogos com Criados e Escravos (1693-1702)



	Fogos com Criados (as)	Fogos com Escravos (as)	Total de Fogos com Serviçais
1693	250	139	389
1702	355	106	461

Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693 e 1702).

Em 1693, 25% das casas dispunha de pessoal doméstico, 16,1% tinha criados, valor que em 1702 ascendeu aos 22,8%. Relativamente aos escravos, tinham em 1693 uma representatividade de 8,4%, decrescendo em 1702 para os 6,2%. A este fenómeno

poderá estar ligado o decréscimo do tráfego negreiro de Cabo Verde e Angola para Lisboa, saindo a maioria dos escravos oriundos dos portos de embarque de Cabo Verde e Costa da Guiné para a América espanhola e os de Angola eram veiculados para o Brasil.

O segmento da criadagem e serviço doméstico dispersava-se por todo o tipo de agregados, familiares, solteiros, unidades oficinais e negócios, tendas, estalagens, tavernas, pequeno comércio, que dispunham de um ou dois criados ou criadas para todo o serviço.

Desdobravam-se numa multiplicidade de funções, estando sujeitos a vínculos precários e de rápida substituição, o que transparece na breve permanência ao serviço de um senhor de um ano para outros. Eram em grande número nas casas de mercadores ricos e de nobres, integrando grupos devidamente organizados e estruturados, como nos fogos do duque do Cadaval²⁸ ou dos Senhores de Pombalinho, decrescendo o número e a estabilidade em consonância com a condição social do empregador.

Os homens de ganhar, que aparecem e desaparecem de um ano para o outro, eram 58 em 1693, a «pousar» sobretudo nos Arcos do Rossio, contíguos ao Hospital Real, onde se concentrava um grupo de 26, e ainda no Beco de D. Carlos e Rua dos Albardeiros. Em 1702 eram já 120, concentrando-se em grandes grupos, nos mesmos locais e ainda nas ruas da Praça da Palha e Rua de S. Pedro Mártir. Este acréscimo poderá estar também associado à oferta num cenário economicamente mais atractivo com os proventos do ouro brasileiro, como já observámos.

A abordagem ao cenário profissional da freguesia ganha também alguma legibilidade ao seguirmos os índices de implantação por ruas. Tomando a título de exemplo a Rua das Arcas, eminentemente de artesãos, era habitada no primeiro rol por 316 indivíduos, 126 dos quais com referência a ocupação profissional, predominando os mestres caixeiros (29), obreiros (12), criados (22), escravos (15) e aprendizes (30), segmentos muito associados às manufacturas aí implantadas: caixeiros, luveiros, torcedor de seda, tintureiro, alfaiates, albardeiro e sapateiro.

Em 1702, a população decresceu cerca de 15,8%, mas houve manutenção do segmento laboral, situado nos 128 indivíduos, com alterações ao nível do crescimento dos aprendizes (38), ligeira descida de caixeiros (25), em substituição dos obreiros, surgiram os oficiais (14), ligeiro acréscimo de criados (29) contra uma assinalável diminuição de escravos (2), resultando num cenário marcado pela manutenção de oficinas ligadas ao têxtil, mas com algum decréscimo na fabricação de arcas e caixas e o acentuado aumento do pessoal doméstico assalariado.

²⁸ Nos róis de confessados de 1695 e 1702.

Na Praça da Palha, outra via de destaque pela sua dimensão, predominavam as oficinas de artesãos ligados ao transporte e animais de carga, cordoeiros, seleiros, albardeiros, a que estavam associados obreiros, aprendizes, criados e escravos. Em 1702, há crescimento do pessoal auxiliar, aprendizes e diminui o número de oficiais. Também as unidades manufactureiras registaram alterações, mantendo-se o domínio de oficinas de artesãos ligados ao quotidiano: cordoeiros, latoeiros e ao transporte e arreo de bestas, no entanto desapareceram os seleiros e surgiram os homens de ganhar, representativos nas formas de alojamento que partilhavam, dividindo-se em 3 fogos.

A Rua das Portas da Mouraria, com 270 pessoas em 72 fogos regista um maior número de pessoas de «qualidade» elevando o perfil social da rua, destacando-se a presença do Conde de Tarouca, o palácio do Marquês de Alegrete, desocupado em 1693, militares, doutores e serviçais, que num claro exemplo da mescla social de Santa Justa, estavam paredes meias com numerosas oficinas onde laborava um elevado número de aprendizes e obreiros, com destaque para a especialização de manufactura de vestuário e calçado, com sapateiros e alfaiate, e na prestação de cuidados de saúde e do corpo, barbeiros e cirurgiões. Relativamente a 1702 verificou-se um decréscimo de cerca 30% da população, bem como do número de fogos (59), embora com manutenção do perfil social elevado.

A Rua de Nossa Senhora da Escada tinha indivíduos de mais elevada condição social, visível nos títulos, na composição dos agregados e elevado número de domésticos ao seu serviço, condição que mantinha em 1702 e contrariamente às restantes ruas, com maior número de escravos. Era aí morador D. Francisco de Almada, 7º Senhor de Pombalinho, cujo palácio albergava 31 indivíduos, dos quais mais de 50% eram domésticos²⁹. Este foi um exemplo de nobre do reino que também consagrou parte da sua actividade³⁰ aos negócios de além-mar, particularmente, no rendoso negócio do álcool para África³¹.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito marcada pela mobilidade populacional e pela diversificada e complexa vida urbana, a posição comercial estratégica da freguesia de Santa Justa era inquestionável. Ficou demonstrado da observação dos dados sistematizados, que ao longo de todo o período de observação, o cenário profissional foi dominado por serviçais

²⁹ Escravos, escudeiro, criados, cozinheiro e pajens.

³⁰ IAN/TT, 15º Cartório, Ms. 403, fls. 63.

³¹ Nos seus aposentos do Rossio, em Janeiro de 1693, passou uma procuração aos Tenente General Rodrigo da Costa, Tenente José Correia de Castro e ao sargento mor Estêvão Pereira Bacelar, que sendo moradores em Luanda, Angola, lhes concedia poderes *in solidum* para resgatar uma carregação de pipas de vinho.

e artífices. O seu incremento foi notório na entrada do século XVIII, revelador de uma maior capacidade económica por parte dos empregadores, ou de uma maior movimentação destes grupos de migrantes que demandavam a cidade, sobretudo os criados e aprendizes, almejando também as oportunidades de além-mar?

Outra característica transversal a todo o período de observação e salvo raras exceções, pouco ou nada associada à organização por arruamentos, ainda que numa óbvia implantação profissional, congregou-se um maior número de correios no Valverde, mais próximos da entrada na cidade pelo Termo, mais colarejas, vendedoras de legumes e frutas, na Rua dos Carreiros, já na franja do espaço urbano; licenciados nos Arcos do Rossio, também «pouso» dos homens de ganhar, local por excelência de passagem e de oportunidades. Os caixeiros na sua Rua das Arcas. Tavernas e estalagens ora às portas da cidade como Santo Antão e Poço do Borratém, ora no coração da freguesia, como na Betesga e Pátio das Comédias, onde existia o famoso teatro. Foi também espaço muito propício à transgressão, em casas de alcoice e tavalagem, um pouco por toda a freguesia.

Intensa movimentação pela inclusão ou proximidade espacial a artérias comerciais basilares na Lisboa de Setecentos, como a Rua das Arcas, Rua Nova dos Mercadores, a feira do Rossio, a Ribeira Nova e a Ribeira Velha, a Misericórdia e Praça do Pelourinho, a grande porta de entrada na cidade que era o rio e junto ao centro político do reino, o Paço da Ribeira.

A implementação comercial e institucional, a diversidade de atractivos e lazer, imprimiram-lhe um forte vínculo de local de passagem, com uma população flutuante de impossível contabilização, o que fez de Santa Justa também um espaço de forasteiros, com presença contínua de homens de negócio, centenas de homens de ganho e de trabalho, rendeiros, agricultores, comerciantes, viajantes, marinheiros, portugueses e estrangeiros em trânsito para a Europa, Brasil, África e Oriente.

Incontornável como vimos a presença de instituições de grande peso na dinâmica social e religiosa e grandes polarizadores de população como foram o Mosteiro de S. Domingos, a Inquisição, o Hospital Real de Todos os Santos.

Freguesia popular e aristocrática, foi residência das importantes casas da primeira nobreza que ocuparam palácios e jardins, do duque de Cadaval, Marquês de Alegrete, Senhores de Pombalinho, futuros condes de Almada, conde de Tarouca, conde de Redondo, conde de Vilar Maior e ainda poderosos homens de negócio, portugueses e estrangeiros e alguns influentes membros da administração régia e local. Encontramos na transição do século XVII para o XVIII a freguesia de Santa Justa no centro da cidade moderna, com um amplo e simbólico espaço como o Rossio plenamente consolidado, que ao longo dos séculos foi palco dos mais variados eventos que agitaram e animaram as populações e marcaram a História de Lisboa.

FONTES MANUSCRITAS

AHPL – *Róis de Confessados de Santa Justa* 1693, 1695, 1702.

AHPL – *Visitações e Devassas de Santa Justa*, 1683, 1702 e 1707.

IAN/TT – *Registos Paroquiais de Santa Justa, casamentos e óbitos*, 1693 a 1702, Projecto de Digitalização dos Registos Paroquiais de Lisboa entre a CML e ADL; *15º Cartório Notarial de Lisboa*, Cx. 78, 79, 80.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Maria Norberta; CORREIA, Alberto (2001) – *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico*. Guimarães: NEPS.

BARATA, Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Temudo (1988) – *As crises de mortalidade em Lisboa no século XVIII*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Tese de Mestrado.

BRAUDEL, Fernand (1976) – *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.

FREIRE, João Paulo (1931) – *Lisboa do Meu Tempo e do Passado, do Rossio à Rotunda*. Lisboa: Tipografia da parceria António Maria Pereira.

MARQUES, A. H. de (1972) – *História de Portugal*. Lisboa: Edições Agora, vol. 1.

PEREIRA, Luís Gonzaga (1927) – *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa.

RIBEIRO, Ana Rita de Almeida Marado Coelho (1989) – *A importância dos róis de confessados na demografia histórica: os róis de confessados da freguesia de Nossa senhora da Encarnação da Ameixoeira entre 1750 e 1760*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (1985) – *Para o Estudo dos Róis de Confessados*. «Nova História», n.º 3-4 (Dezembro). Lisboa.

RODRIGUES, Teresa (1990) – *Crises de mortalidade em Lisboa: séculos XVI e XVII*, Lisboa: Livros Horizonte.

SILVA, A. Vieira da (1943) – *As Freguesias de Lisboa (Estudo Histórico)*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi (1999) – *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS.

SOUSA, Cordeiro de (1949) – *Santa Justa, Registos Paroquiais Quinhentistas de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

VARGAS, José Manuel (2002) – *As Freguesias de Lisboa e do seu Termo na Idade Média*. «Olisipo», II série, n.º 17 (Julho/Dezembro). Lisboa.

